

O ARGUMENTO DA “ALMA CAMINHANTE”: MALEBRANCHE E O CARÁTER INDISPENSÁVEL DAS IDEIAS NA PERCEPÇÃO

THE ARGUMENT OF THE “WALKING SOUL”: MALEBRANCHE AND THE INDISPENSABLE CHARACTER OF IDEAS IN PERCEPTION

Pedro Falcão Prikladnitzky¹

Resumo: O artigo pretende analisar o argumento proposto por Malebranche, na *Recherche de la vérité*, para estabelecer a necessidade das ideias na percepção. O argumento, que veio a ficar conhecido como o argumento da “alma caminhante”, introduz o conceito de ideia segundo Malebranche e a sua posição acerca das relações entre o ato de perceber e conteúdo percebido; além de ser o passo inicial da demonstração da visão em Deus, no livro III da *Recherche*. Desse modo, a sua interpretação adequada é de fundamental importância para a compreensão das teses propostas por Malebranche acerca da natureza da cognição humana. Em um primeiro momento, é apresentada a estrutura geral do argumento e as dificuldades interpretativas que ele suscita. Em um segundo momento, apresentamos e avaliamos o sucesso das diversas tentativas de solucionar as dificuldades que foram levantadas.

Palavras-chave: Filosofia moderna. Teoria das ideias. Filosofia da percepção. Nicolas Malebranche.

Abstract: The present article intends to analyze the argument advanced by Malebranche in the *Recherche de la vérité* for the establishment of the necessity of ideas in perception. As the first step of the demonstration of vision in God, at book III of the *Recherche*, the argument, that came to be known as the “walking mind” argument, introduces the concept of idea according to Malebranche and his position upon the relations among the act of perception and its content. In this way, its adequate interpretation is of great importance for the comprehension of Malebranche’s theses about the nature of human cognition. At first, the general structure of the argument and the interpretative difficulties are presented. Then, in a second moment, we proceed to the presentation and evaluation of the attempts to solve such difficulties in the argument.

Keywords: Modern philosophy. Theory of ideas. Philosophy of perception. Nicolas Malebranche.

Costumeiramente tomada como o paradigma da epistemologia malebranchista, a célebre e controversa tese da visão em Deus ou que “nós vemos todas as coisas em Deus”² se configura como a conclusão de um longo e complexo argumento na

¹ Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: prikladnitzky@gmail.com

² Cf. OCM I, 437; PS 190. As referências às obras de Malebranche serão feitas segundo a edição crítica de André Robinet, *Oeuvres complètes de Nicolas Malebranche* (OCM) sendo o volume designado por algarismos romanos e da página em algarismos arábicos. O texto citado quando presente na edição brasileira da *Recherche* concebida por Plínio Smith, será apresentada por (PS) seguido do número da página em algarismos arábicos.

*Recherche de la verité*³, dividido em duas etapas: 1) o estabelecimento do caráter necessário e indispensável das ideias na percepção dos objetos materiais; e 2) a afirmação de que as ideias são e só podem ser entidades em Deus. Assim, toda percepção de objetos materiais é percepção das ideias em Deus. Malebranche parte de análise do que é perceber para demonstrar a necessidade das ideias e, posteriormente, na investigação acerca das suas possíveis origens chega à conclusão de que elas precisam ser entidades na mente divina. Malebranche pretende extrair das características encontradas na natureza das ideias a razão para a afirmação que a sua percepção deve necessariamente ocorrer na mente divina.

Na demonstração da primeira etapa da prova que conduzirá à defesa da visão em Deus, Malebranche introduz um argumento que veio a ser conhecido como o argumento da “alma caminhante”⁴. Neste texto, pretendo analisar a estrutura desse argumento enfatizando as razões que levaram Malebranche a conceber a natureza das ideias como entidades distintas tanto do ato de perceber como do objeto de percepção. Malebranche diz na abertura da segunda parte do livro III da *Recherche*:

Creio que todo mundo está de acordo em que nós não percebemos os objetos que estão fora de nós por eles mesmos. Vemos o sol, as estrelas e uma infinidade de objetos fora de nós, e não é verossímil⁵ que a alma saia do corpo e que vá, por assim dizer, passear pelos céus para naquele contemplar todos esses objetos. Ela não vê, portanto, tais objetos por eles mesmos; e o objeto imediato de nosso espírito, quando ele vê o sol, por exemplo, não é o sol, mas alguma coisa que está intimamente unida à nossa alma, e é o que chamo de ‘ideia’. Assim, por essa palavra ‘ideia’, entendo somente o que é o objeto imediato ou mais próximo do espírito, quando ele percebe algum objeto, isto é, o que afeta e modifica o espírito com a percepção que ele tem de um objeto. (OCM I, 413-414)⁶

Encontramos nessa passagem dois momentos distintos. O primeiro momento é o estabelecimento de um argumento acerca da natureza da percepção de objetos fora de

³ A partir de agora *Recherche*.

⁴ Expressão cunhada por John Yolton. Cf. *Perceptual Acquaintance. From Descartes to Reid*. p. 48.

⁵ Embora na tradução de Plínio Junqueira Smith encontremos a palavra ‘provável’, acredito que a tradução por verossímil da palavra ‘*vraisemblable*’ é mais literal e está de acordo com o texto de Malebranche. O termo ‘provável’, acredito, fica mais adequado para tradução de ‘*probable*’ empregado por Malebranche para indicar um conjunto de proposições ou conteúdos verossímeis, o que, para ele, é capaz de gerar um conhecimento provável acerca do objeto de investigação em questão. Cf. OCM I, 90.

⁶ *Oeuvres Complètes de Malebranche* vol. 1 p. 413-414. A tradução aqui apresentada é de Plínio Junqueira Smith na *A Busca da Verdade: Textos Escolhidos*; p. 165-166; ed. Discurso Editorial; 2004.

nós (ou externos). E, em um segundo momento, Malebranche introduz a noção de ideia apoiando-se na conclusão do argumento anterior.

Em relação ao argumento, o texto oferece as seguintes sentenças que sugerem a enunciação da tese a ser estabelecida, duas premissas e uma conclusão; podendo ser, assim, rearranjado:

- (a) Creio que todo mundo está de acordo em que nós não percebemos os objetos fora de nós por eles mesmos;⁷
- (b) Vemos o sol, as estrelas e uma infinidade de objetos fora de nós...;
- (c) ...e não é verossímil que a alma saia do corpo e que vá, por assim dizer, passear pelos céus para naquele contemplar todos esses objetos;
- (d) Ela não vê, portanto, tais objetos por eles mesmos.

Aparentemente, já na primeira frase, item (a), podemos situar a tese a ser demonstrada pelo argumento que visamos a analisar. Todavia, a sua abertura (“Creio que todo mundo está de acordo”) provoca certo estranhamento. Se a tese em questão pretende ser estabelecida por um argumento que virá, não é absurdo questionarmo-nos acerca da origem da crença de Malebranche neste acordo universal. Poderíamos supor que ela provém de argumentação anterior, de algo que já havia sido estabelecido por Malebranche em outras investigações. Nesse caso, devemos tomar o argumento que sucede tal passagem como uma retomada de pontos previamente demonstrados. Dado isso, teríamos duas dificuldades interpretativas. Na primeira, encontrar a argumentação anterior correspondente e verificar se, de fato, trata-se de uma retomada argumentativa. E, na segunda, procurar, ao menos, indícios apontando para uma interpretação que explique a necessidade de tal retomada na estrutura das passagens em questão. Em contrapartida, podemos tomar o acordo aludido por Malebranche como um elemento de que a tese em discussão faz parte de um grupo consensual de teses filosóficas da segunda metade do século XVII. Desse modo, um leitor filosoficamente instruído não imporá maiores restrições à tese de Malebranche. Contudo, se levarmos em conta as reações que filósofos contemporâneos a Malebranche têm em relação à sua teoria da cognição humana, tal interpretação fica praticamente inviabilizada. Uma terceira

⁷ Estou tomando a expressão ‘perceber por si mesmo’ como equivalente a ‘perceber imediatamente’; opondo-se ‘a perceber por (mediante) outro’.

possibilidade seria supor que a tese em questão é autoevidente. Para aceitá-la, bastaria que compreendêssemos os significados de ‘perceber’ e ‘objeto externo’ para concedermos asserção a tal tese. No entanto, como conciliar essa interpretação com a presença de um argumento que visa a sustentá-la. Se a tese é autoevidente qual é a utilidade de um argumento, que não seja uma explicação dos conceitos envolvidos, para sustentá-la? Por ora, para fins de análise, assumirei uma versão do argumento que desconsidera a cláusula inicial. Tomo como relevante apenas o conteúdo do suposto acordo, a saber, “nós não percebemos os objetos fora de nós por eles mesmos”, na medida em que apresenta o ponto a ser demonstrado por argumento que o segue.

No item (b), Malebranche assume que temos percepções de objetos externos. Embora não haja uma justificativa para que aceitemos tal proposição, ela não precisa ser tomada como um ponto problemático do argumento. Pois, a não ser que Malebranche suponha aquilo que está em questão, podemos assumir que essa premissa faz referência a um fato fenomenológico, ou da consciência do sujeito, que é de ter estados mentais perceptivos. Com isso, não precisamos imputar a Malebranche a afirmação, precoce e injustificada, que ter percepções de objetos externos implica a existência ou a cognição imediata de tais objetos.

Por outro lado, ao assumirmos, como Malebranche o faz, que há percepção dos objetos externos, ainda que a existência de tais objetos não esteja suposta, parece necessário, dado a maneira em que ele concebe a natureza da percepção, que aceitemos que há percepção imediata de algo. No livro IV da *Recherche* Malebranche afirma: “...perceber o nada não é perceber. Pensar o nada é não pensar. Assim tudo aquilo que a mente percebe direta e imediatamente é algo ou existe” (OCM II, 99).⁸ Disto não se segue que não tenhamos percepções falsas ou de objetos inexistentes, apenas que não podemos ter percepções vazias. Essa abordagem relacional da percepção, feita por Malebranche, exige que mesmo nos casos de percepções falsas algo responda pelo objeto da percepção. Assim, recusar que em toda percepção há algo imediatamente percebido nos levaria a um regresso ao infinito de objetos intermediários de percepção o que comprometeria a própria inteligibilidade do ato de perceber. Dado o caráter transitivo da percepção, toda percepção é percepção de alguma coisa; temos que supor, ao menos, que há algo que percebe e que há algo que é percebido. Não estou aqui me

⁸ Cf. OCM II, 99. Podemos encontrar outras passagens semelhantes onde Malebranche expressa o mesmo princípio; por exemplo, OCM IV, 72-74; OCM VI, 202; OCM IX 910.

comprometendo com a natureza desses elementos necessários para a percepção, apenas busco salientar que o argumento de Malebranche propicia esta observação acerca da constituição da intencionalidade do ato de perceber.

O item (c) estabelece dois pontos. Ainda que de uma maneira aparentemente imprecisa, Malebranche apresenta uma condição para que a alma, ou o sujeito, perceba os objetos externos por eles mesmos. Para que a alma os possa perceber⁹ dessa forma, seria preciso que ela ou bem estabeleça um contato, ou vínculo, imediato com os objetos externos ou haja uma mútua presença entre eles; esse princípio sendo caracterizado pela passagem da “alma caminhante”, a saber, “...que a alma saia do corpo e que vá, por assim dizer, passear pelos céus para naquele contemplar todos esses objetos” (OCM I, 413). Contudo, não é explícita a razão apresentada por Malebranche para defender tal princípio. Na medida em que aquilo que aqui denominei como cláusula do contato ou da presença ainda não está adequadamente apresentada, não dispomos dos elementos necessários para fazer a passagem de percepção imediata para à necessidade de um contato. Poderíamos supor, por exemplo, uma teoria da cognição em que a presença de um intermediário entre a coisa percebida e o sujeito que percebe não gera, sem mais, uma percepção não-imediata da coisa percebida. Este intermediário seria tomado como uma apresentação da coisa e não uma representação da coisa percebida. Ora, assim, não parece ser claro que percepção imediata implique uma presença imediata ou uma união íntima com a alma, seja de natureza ontológica, de interação causal, ou ainda de contato espacial.

O segundo ponto relevante desta premissa é o seu caráter negativo. Malebranche nega à alma a capacidade de entrar em contato imediato com os objetos externos, o que conduzirá à negação, estabelecida na conclusão do argumento, de que a alma percebe imediatamente os objetos externos. Em primeiro lugar, na passagem citada acima, não se encontra uma justificação para a afirmação de que não é verossímil que a alma entre em contato imediato com os objetos externos. Temos, sim, a observação de que não é verossímil que a alma saia do corpo e vague pelo mundo encontrando os objetos de percepção. Resta saber, como será discutido posteriormente, se devemos interpretar esse ponto literalmente. Além disso, o que é peculiar nesta cláusula negativa é a presença do

⁹ Para seguir a utilização, tanto de Malebranche como de outros autores do século XVII, o termo percepção valerá como um termo genérico de cognição. Sendo empregado tanto para a percepção sensível quanto para o pensamento conceitual. Nesse sentido, por vezes, percepção e concepção serão utilizados como sinônimos. Em contextos em que seu significado requerer uma utilização mais precisa, tal utilização será devidamente notada.

termo ‘verossímil’. Afirmar que não é verossímil que a alma entre em contato com os objetos externos não implica, salvo alguma explicação, que ela não os perceba por eles mesmos. Disso, poderíamos extrair a afirmação de que não é verossímil que ela os perceba por eles mesmos, mas não a afirmação desta atualidade. Ora, o que autoriza Malebranche fazer essa passagem do verossímil para o atual?

Sobre essa dificuldade, a alusão a um elemento condutor da *Recherche* é útil. Para Malebranche, o que não será aqui examinado, o homem, na medida em que é finito e limitado, não pode alcançar razões que o permitam sustentar qualquer tese de maneira incontestável. Ele pode apenas apresentar razões bastante convincentes que indicam a verossimilhança da tese em questão. O domínio do incontestável pertenceria unicamente a Deus. Nesse caso, podemos tomar a conclusão desse argumento como uma asserção acerca da verossimilhança do que está em questão e não do estabelecimento de uma verdade incontestável. A afirmação categórica de Malebranche, portanto, diria respeito ao limite que o homem pode atingir em relação a este a argumento, e não o estabelecimento absoluto do ponto. Dessa forma, não haveria um movimento não autorizado na estrutura do argumento.¹⁰

Aceitando que a condição, expressa no item (c), para que algo seja percebido imediatamente ou por si não é satisfeita; juntamente com o que foi assumido no item (b), somos levados a concluir que os objetos externos são percebidos mediante outra coisa, isto é, por outra entidade que, em algum sentido, é distinta dos objetos externos. Estamos diante de duas posições alternativas: ou eles são percebidos por si ou são percebidos por outros (mediante outros). Ao negar a primeira alternativa, nos resta assumir que há um intermediário na percepção dos objetos externos. Podemos, portanto, reconstruir o argumento da seguinte forma:

- 1) Temos percepção de coisas corpóreas fora de nós;
- 2) Se tivéssemos a percepção dessas coisas por elas mesmas, a alma sairia para passear pelos céus para naquele contemplar tais coisas;

¹⁰ A seguinte passagem corrobora esta leitura: “Podemos ver os objetos somente em duas maneiras. Examinemos qual é aquela que parece mais verossímil de todas, sem preocupação e sem temer a dificuldade desta questão. Talvez nós a resolvamos bastante claramente, ainda que não pretendamos dar aqui demonstrações incontestáveis para todos os tipos de pessoas. Daremos, entretanto, provas muito convincentes para aqueles, ao menos, que as meditarão com uma atenção séria, pois passaríamos talvez por presunçosos se falássemos de outro modo.” Cf. OCM I, 417; PS 171-2.

- 3) Não é verossímil que a alma saia para passear pelos céus para naquele contemplar as coisas corpóreas;
- 4) Verossimilhança, da perspectiva humana, é o critério máximo para a verdade de um conteúdo;
- 5) A alma, de acordo com o critério máximo para objetividade de um conteúdo que homem pode alcançar, não percebe as coisas corpóreas que estão fora de nós por elas mesmas.

Após a tentativa de exposição da estrutura geral do argumento, pretendo, agora, com o apoio do texto de alguns comentadores¹¹, reconstruir o processo de justificação que levaria Malebranche a assumir os passos (3) e (4) do argumento acima. A saber, porque devemos tomar a alusão feita pela passagem da alma caminhante de que é preciso algum contato com os objetos externos para percebê-los por eles mesmos. Ademais, que tal condição não é satisfeita pela alma na percepção de tais objetos.¹²

Uma das possíveis interpretações é conceber que a noção de presença empregada por Malebranche nesse argumento constitui uma versão epistêmica para um princípio da física que se desenvolveu no século XVII. Um axioma recorrente nos textos científicos contemporâneos a Malebranche é que não pode haver ação a distância. Para que algo, um agente qualquer, produza um efeito em outro ser, aquele precisa ou estar em contato direto com este ser ou, caso essa primeira alternativa não esteja disponível, o agente precisa estar em contato direto com outro ser, este último que, por sua vez, estaria em contato direto com o primeiro (ou seja, o agente estaria em contato indireto com o primeiro ser). Ao tratarmos das ciências naturais, os seres em questão são coisas materiais. Segundo esse princípio, podemos afirmar que, na física contemporânea a Malebranche, nada pode exercer a sua eficácia onde não está localmente.

Uma abordagem epistêmica desse axioma é, com efeito, que não pode haver cognição a distância. Assim como um corpo só pode movimentar outro ao qual está localmente presente, de tal modo que não há distância entre eles, podendo até ser

¹¹ As alternativas de interpretação aqui analisadas são encontradas nos livros de Andrew Pyle, *Malebranche*; Denis Moreau, *Deux Cartésiens*; Nicholas Jolley, *The Light of the Soul*. E no artigo de Thomas Lennon ‘Malebranche’s argument for ideas and its systematic importance’.

¹² É peculiar que o texto de Malebranche faça referência apenas ao ato da alma ter que se deslocar até os objetos e não a situação inversa. Poderíamos supor que os objetos é que, de alguma forma, deveriam se deslocar até a alma para propiciar o contato requerido.

afirmado que eles estão de alguma forma unidos¹³, a mente, também, só pode perceber ou conceber aquilo ao qual ela está intimamente unida. Isso vai ao encontro do que Malebranche afirma em uma carta a Arnauld¹⁴ na qual ele pretende explicar a natureza da percepção: “Minha alma precisa estar unida de alguma forma com aquilo que ela percebe” (OCM VI, 212). Essa versão cognitiva de um princípio físico tem a função de fundamentar, a partir de um contexto científico muito provavelmente conhecido por Malebranche, a utilização do requisito expresso no passo (3) do argumento em questão. A inovação conceitual seria o reposicionamento do princípio, originariamente aplicado à questão do movimento dos corpos, para o âmbito das cognições. Esse deslocamento conceitual, salvo melhor juízo, é peculiar a Malebranche.¹⁵ Agora, qual é a espécie de união que está sendo requisitada por Malebranche? Ou, em outras palavras, em que sentido devemos compreender que aquilo que é percebido é preciso estar presente à alma?

À primeira vista, o passo (3) convida-nos para uma leitura literal. Isto é, devemos tomar a exigência como designadora de uma presença local ou de um contato espacial. Nesse caso, para percebermos algo, afirmaria Malebranche, é preciso que os objetos de percepção estejam localmente presentes à alma, ou, ainda, espacialmente unidos a ela. A alma está vinculada a um corpo, e desse modo, estaria localizada nele. Os objetos de percepção, os objetos no mundo, porém, estão distantes do corpo do homem e, portanto, da alma. Assim, na medida em que esses objetos não estão localmente presentes ou unidos a alma, eles não podem ser imediatamente percebidos por ela.

Uma passagem do Livro I da *Recherche* reforça a leitura literal do argumento da alma caminhante:

Parece-me indubitável que nossas almas não preenchem espaços tão vastos quanto aqueles que existem entre nós e as estrelas fixas, mesmo se estivéssemos de acordo que elas fossem extensas; assim, não é razoável crer que nossas almas estejam nos céus quando vêm as

¹³ Nesse caso, união está, aparentemente, sendo compreendida como justaposição.

¹⁴ Essa carta é a última instância do debate entre Arnauld e Malebranche, tendo sido publicada após a morte do primeiro. Sendo, possivelmente, a última tentativa de Malebranche em esclarecer a sua posição acerca da natureza da percepção e das ideias na *Recherche*.

¹⁵ Embora Nadler, tome como não problemático esse suposto reposicionamento do princípio presencial, ele não é explícito no texto de Malebranche. É, sem dúvida, coerente com a sua argumentação e a sua hipótese é muito útil para uma melhor compreensão do argumento. Agora, mesmo que ela de fato tenha sido empregada por Malebranche, uma questão permanece em aberto: o que o autoriza a fazer tal reposicionamento conceitual?

estrelas neles. Também é inacreditável que saiam a mil passos de seus corpos para ver casas a essa distância. É, portanto, necessário que nossa alma veja as casas e as estrelas onde elas não estão e não deixa de vê-las fora dele. Ora, como as estrelas que estão imediatamente unidas à alma, as quais são as únicas que a alma pode ver, não estão nos céus... ¹⁶(OCM I, 156).

Na passagem acima, cabe ressaltar, Malebranche afirma que mesmo que as almas fossem extensas, não se poderia perceber objetos extensos imediatamente, pois a alma não se encontra no mesmo local que essas entidades. Como ocorre, então, o processo cognitivo? As possibilidades tanto de a alma sair do corpo e se deslocar até o objeto material, como de o objeto material se deslocar até à alma são descartadas por Malebranche. Ele não considera razoável, seja na percepção de estrelas, de casas, seja de, por exemplo, árvores, que a alma vá até esses objetos para percebê-los, nem o inverso. Assim, a solução disponível que se apresenta é a postulação de uma entidade que garanta a percepção dos objetos no mundo, ou seja, uma entidade que seja localmente presente à alma e que permita o acesso cognitivo a objetos distantes dela.¹⁷Entretanto, parece se apresentar como uma cláusula para o funcionamento de tal posição que a entidade responsável por conectar a alma com o exterior esteja tanto presente ou unida com a alma como com o objeto exterior. O que traz consigo outras dificuldades à reconstrução literal do argumento.

Similarmente, Arnauld também lê essa passagem como uma afirmação da necessidade de uma presença local dos objetos de cognição.¹⁸ Segundo Arnauld, essa posição de Malebranche surge de uma confusão entre as condições para a sensação de um corpo com as condições de cognição de um corpo. Nesse caso, Arnauld se oporia à aproximação entre ciência natural e epistemologia, sendo contrário à versão cognitiva do princípio de que não há ação a distância. Pois, embora possa ser admitido que um corpo precise estar localmente presente ou de certa forma unido a um órgão sensório para uma impressão sensível ser produzida nele, não haveria razão para esse princípio ser aplicado à alma e à relação que esta possui com os objetos de cognição. Arnauld demandaria a Malebranche uma justificativa, ulterior à mera aplicabilidade, para o princípio de que não há ação a distância. Arnauld reconhece no domínio das coisas extensas e no domínio da alma e dos objetos de cognição uma distinção real. Assim, aos

¹⁶ Cf. PS 151.

¹⁷ Yolton afirma que esta posição possui um precedente histórico, a saber, na obra *Le Systême de l’ame de Marin Cureau de la Chambre*. Cf. Yolton; 58-59.

¹⁸ Cf. Antoine Arnauld; *Vraies et fausses idées*. p. 216-217.

seus olhos, a tentativa de analogia de Malebranche entre os dois domínios seria ilegítima.¹⁹

Contudo, ainda que minimamente plausível com o contexto científico da época e com as passagens apresentadas, presença, em sentido local, não parece estar sendo empregada por Malebranche no argumento em questão. Em resposta a essas críticas de Arnauld, Malebranche afirma que a expressão ‘alma caminhante’ é uma espécie de piada: “Não é claro que o que eu disse foi mais que uma espécie de piada (*une espèce de raillerie*)...”(OCM VI, 95-6). O ponto da passagem, ele afirma, é simplesmente ilustrar, através de uma metáfora, que algo diferente do sol é necessário para representá-lo à alma. Uma entidade intermediária é necessária para perceber o sol, assim como as outras coisas materiais. Se não é uma presença local e um contato espacial que são necessários para percepção dos objetos materiais, o que Malebranche está dizendo nessa passagem? O que impede a percepção, sem uma entidade intermediária dos objetos extensos?

Malebranche, assim como Arnauld, se considerava um cartesiano. E, embora a extensão de seu cartesianismo seja motivo de polêmica²⁰, alguns pontos são inquestionáveis. Um deles é o dualismo.²¹ Nesse caso, Malebranche poderia assumir que há um impedimento metafísico para as relações entre a alma e os objetos extensos. Mesmo que a alma caminhasse pelos céus para perceber os seus objetos, esse fato não iria ajudá-la a ter uma percepção imediata dos corpos, pois a disparidade da natureza impediria a imediatidade. Nós precisamos de entidades intermediárias para perceber nossos próprios corpos, o que, das coisas materiais, seria aquela que mais se aproximaria de uma presença local com a alma. Nem mesmo o cérebro, com o qual a mente possuiria uma conexão, através da glândula pineal, pode ser percebido por ele mesmo, afirma Malebranche.²²

Tomada dessa forma, a exigência feita no passo 3) do argumento ganha um sentido ontológico. Apoiado na distinção real entre pensamento e extensão, Malebranche afirmaria que presença só é possível entre objetos de mesmo tipo ontológico. Por um lado, uma presença, em sentido literal, local ou espacial entre

¹⁹ Além disso, Arnauld reconhece que nós percebemos objetos distantes da alma imediatamente. Cf. Oeuvres de Arnauld, vol. XXXVIII, p. 217. Cf. também outro livro de Nadler: *Arnauld and the Cartesian Philosophy of Ideas* p. 90-5.

²⁰ Por exemplo, o livro de Ferdinand Alquie: *Le Cartésianisme Malebranche*; e o livro de Denis Moreau: *Deux Cartésiens*.

²¹ Cf. OCM I, 40-5; OCM I, 122-4.

²² Cf. OCM II, 100.

objetos extensos seria uma variação de presença ontológica. Por outro, objetos espirituais (mentais) podem estar presentes a outros objetos espirituais, como, por exemplo, a ocorrência de um evento mental pode ser presente à alma, pois o modo é ontologicamente semelhante à substância da qual é modo. Malebranche afirma, ainda, que é possível, embora isto não seja efetivado no estado atual do homem vivo, uma cognição imediata de outras almas ou mentes: “há indícios de que elas podem se revelar para a nossa alma por elas mesmas e sem ideias...”²³. Almas podem estar presentes umas às outras na maneira necessária, de forma análoga às almas angélicas estão entre si; assim, não há razão metafísica para se afirmar que não é possível estabelecer uma cognição imediata entre elas. Tanto uma passagem da *Recherche* como uma carta Arnauld corroboram a interpretação de que a noção de presença ou contato relevante ao argumento diz respeito ao caráter ontológico do sujeito e dos objetos de percepção. Na *Recherche* Malebranche diz: “Mas falo principalmente aqui das coisas materiais, que certamente não podem se unir a nossa alma da maneira que lhe é necessária para que ela as perceba, porque, sendo extensas, e a alma não o sendo, não há nenhuma relação entre elas.”²⁴. Na carta a Arnauld, Malebranche afirma que o objeto imediato de percepção nunca é extenso, pois a alma não é extensa. Impedindo, assim, uma cognição imediata entre eles.²⁵

Aceitando essa leitura ontológica da exigência exposta no argumento, poderíamos reconstruí-lo da seguinte forma: A alma é uma coisa inextensa e pensante; corpos são extensos e não pensantes. Corpos, portanto, não podem estar presentes à alma, pois há uma barreira ou distância metafísica entre a alma e os corpos. Corpos, portanto, não podem ser os objetos imediatos de cognição. Mesmo que a alma percorresse a distância espacial que a separa dos objetos materiais, ainda não seria capaz de se apresentar a eles da forma requerida. O objeto imediato de cognição é, então, algo ontologicamente similar e pode estar presente à alma.

No seu Exame²⁶ das posições de Malebranche, Locke demonstra dificuldade em compreender a versão ontológica do requisito presencial. Essa dificuldade se situa na estipulação de um significado preciso para tal presença ou contato ontológico. Enquanto parece ser claro que no domínio das coisas extensas o que está em jogo é a contiguidade

²³ OCM I, 415; PS, 169.

²⁴ OCM I, 417; PS, 170.

²⁵ Cf. OCM VI, 231.

²⁶ Cf. *The Works of John Locke*. vol. 9 p. 213

espacial, a aplicação de presença aos objetos de cognição parece ser metafórica, e não possui um grande poder de explicação. O que significa estar em contato ontológico com a alma? Ainda, o que significa ser presente ontologicamente? Locke parece ter um ponto relevante ao levantar a imprecisão das expressões aplicadas por Malebranche.

Outro princípio cartesiano aceito por Malebranche pode ser útil para a compreensão desse ponto. Para Malebranche, tudo que é ou é uma substância ou é um modo de uma substância. Na *Recherche*, ele afirma: “...todo ser é necessariamente ou uma substância ou modo de uma substância. Pois, em última análise, tudo que é pode ser ou concebido por si ou não; não há médio entre proposições contraditórias”.²⁷ Transpondo o esquema substância-modo para o âmbito da cognição poderíamos interpretar que estar presente à mente, que é uma substância, significa pertencer, como modo, à mente. Nesse caso, somente objetos que podem ser modos da substância pensante podem por ela ser percebidos imediatamente. A exigência para a cognição de algo por si é a homogeneidade ontológica de um tipo específico, a saber, aquela existente entre uma coisa e suas propriedades. Os corpos, na medida em que são substâncias extensas, não se enquadram nesse modelo. Assim, toda percepção que a alma possui de objetos fora dela não pode ser imediata, mas mediada, por alguma entidade ontologicamente homogênea à substância pensante.

Mas se Malebranche está argumentando em direção da afirmação de que as ideias são os objetos presentes à mente e imediatamente percebidos por ela, como ele discute na sequência da obra, ele claramente não pode assumir que ‘presença’ deva ser compreendida nos termos da relação entre substância e seus modos. Para Malebranche, ideias não são nem podem ser modificações da substância pensante. Elas são ontologicamente independentes e distintas de uma substância pensante finita. De fato, e isto será discutido no argumento para a visão em Deus, Malebranche insiste que as ideias mesmo que estejam em Deus, não são tampouco modificações da mente divina²⁸. Isso parece implicar que, estritamente falando, ideias não são entidades pensantes, se pensante significar a substância pensante ou uma modificação desta substância. Entretanto, se ideias não são entidades do pensamento; então, em que sentido elas possuem o que é necessário para estarem presentes à mente ou intimamente unidas com a alma? Se a presença requerida para a percepção imediata é efetuada, ao menos, entre

²⁷ Cf. OCM II, 425.

²⁸ Cf. Elucidação X OCM III, 127-43.

entidades de mesmo tipo ontológico, portanto, as ideias, no seu sentido malebranchista, seriam tão distantes da mente como os corpos materiais o são.

Tendo como base outra passagem da *Recherche*, há uma diferente possibilidade de interpretação da exigência expressa no passo 3) do argumento. Essa interpretação, por sua vez, toma como base a necessidade do estabelecimento de uma relação causal entre aquele que percebe e os objetos de cognição²⁹. Isto é, estar presente à mente é estar em uma relação causal com a mente; assim, apenas aquilo que pode agir sobre a mente ou modificá-la produzindo uma percepção é cognoscível ou inteligível por si. Nesse caso, dizer que os objetos materiais não podem estar presentes à mente e, portanto, não são imediatamente percebidos, é dizer que eles não podem agir sobre a mente. Encontramos, no quarto livro da *Recherche*, um texto que vai ao encontro dessa posição:

Mas ainda que seja preciso ser para ser percebido, tudo o que é realmente não é, por isso, visível por si mesmo, pois, para que fosse assim, seria preciso que ele pudesse agir imediatamente na alma, que ele pudesse por si mesmo iluminar afetar ou modificar os espíritos; de outra maneira, nossa alma, que é puramente passiva, enquanto capaz de percepções não o perceberia jamais.(OCM II, 99-100)³⁰

Segundo a passagem acima, os corpos não são capazes de agir sobre a alma de duas formas. Em primeiro lugar, um corpo, segundo Malebranche, é, por natureza, desprovido de qualquer poder de ação ou causal. A partir disso, incapaz, por si só, de causar uma modificação em qualquer outra coisa, seja ela material seja imaterial. A extensão é puramente passiva e tem apenas a faculdade de receber várias figuras e movimentos. Malebranche afirma isso após a investigação sobre a ideia de extensão, que nos mostra que um poder causal efetivo é incompatível com a natureza do corpo.³¹ Nesse sentido, Malebranche ao afirmar que não percebemos as coisas fora de nós por elas mesmas, estaria se referindo que as coisas externas, por elas mesmas, são

²⁹ Tad Schmaltz aponta que tal posição geraria posteriormente uma visão por Deus e não uma visão em Deus. Cf. Cambridge Companion to Malebranche ‘*Malebranche on Ideas and the Vision in God*’ p. 61.

³⁰ Cf. PS, 231. Esse ponto também está presente em um carta a Arnauld: “Minha alma deve estar unida de alguma maneira com aquilo que percebe, deve ser tocada ou modificada por ele”. (OCM VI, 212). No livro III, é mencionado na primeira definição de ideia “como aquilo que afeta e modifica o espírito”. (OCM I, 413-4). Ou ainda, um pouco mais a frente: “Conhecemos as coisas por si mesmas e sem ideias, quando elas são inteligíveis por si mesmas, isto é, quando podem agir sobre o espírito e, por isso, se revelar para ele.”(OCM I, 448; PS, 203).

³¹ A questão da ineficácia causal dos corpos é essencial para o ocasionalismo defendido por Malebranche. A respeito da concepção malebranchista de extensão pode-se consultar os seguintes textos: Elucidação XV (OCM III, 203-11 e Diálogos VII; 1-2. (OCM XII, XIII).

incapazes de produzir na alma a sua percepção. Em segundo lugar, Malebranche aceita e emprega o axioma agostiniano de que nada inferior pode agir sobre algo superior.³² A alma, como uma substância simples, é mais perfeita que os corpos, que são mais complexos e compostos de partes. Assim, mesmo que os corpos fossem ativos, eles não poderiam agir sobre a alma e, por conseguinte, não seriam imediatamente presentes à ela.

Vemos, portanto, que a condição necessária para a percepção imediata, o requisito de presença ou de contato expresso no passo 3) do argumento, parece variar ao longo da *Recherche*. Desse modo, não é clara qual das versões devemos adotar como adequada para a compreensão do argumento de Malebranche. Saímos de uma posição em que a proposta interpretativa é uma leitura literal (ainda que tenha gerado críticas a Malebranche, ele nunca pareceu ter de fato assumido tal posição); para uma versão ontológica, na qual a suposição de uma similaridade ontológica funciona como peça-chave da argumentação; para, finalmente, observarmos a alternativa de interpretar o argumento requerendo uma relação causal como elemento condutor da percepção imediata de algo.

Independentemente da versão adotada, fica clara a impossibilidade afirmada por Malebranche de os objetos externos serem percebidos imediatamente ou por si. Através de uma análise da apreensão perceptual, Malebranche pretende concluir que ideias são entidades distintas tanto da mente do sujeito que percebe como do objeto que as ideias pretendem representar. As ideias são, por sua vez, objetos ontologicamente distintos tanto do ato de percepção, uma operação da mente, como do objeto externo, o que seria supostamente visado pelo ato de perceber. Malebranche pretende estabelecer, a partir do seu argumento para o caráter indispensável das ideias, que estas são, de fato, entidades representacionais que substituem os objetos materiais no processo de cognição. Além disso, o que também é consequência desse argumento, as ideias são aquilo que é percebido direta e imediatamente em todo ato de cognição. Essas ideias, ainda que sejam entidades distintas da mente, são aquilo para o que as operações da mente estão diretamente direcionadas. Assim, torna-se necessário, para alcançarmos os requisitos de um ato de percepção, a postulação de um intermediário de percepção. Entretanto, que a análise malebranchista da percepção das coisas materiais conduza à postulação de ideias como entidades ontologicamente distintas da mente ainda não é uma demonstração

³² Cf. OCM I, 442

direta para a adequação da sua teoria das ideias nem ainda justifica a tese da visão em deus. Para tanto, é preciso analisarmos o restante do percurso argumentativo do livro III da *Recherche* bem como de outros textos.³³

Referências

- ALQUIÉ, F. *Le cartésiannisme de Malebranche*. Paris. Librairie Philosophique J. Vrin. 1974.
- ARNAULD, A. *Des vraies et des fausses idées*. Paris. Fayard. 1986
- _____. *Oeuvres de Arnauld*. Bruxelas. Culture et Civilisation. 1964- 1967
- JOLLEY, N. *The light of the soul*. Nova York. Oxford University Press. 1990
- LENNON, T. Malebranche’s argument for ideas and its systematic importance. In: *Minds, Ideas and Objects*. Vol. NAKS Studies in Philosophy. Vol. 2 p. 57-71. 1992.
- LOCKE, J. *The Works of John Locke*. Londres. Oxford University Press. 1824.
- MOREAU, D. *Deux Cartésiens: La polémique Arnauld-Malebranche*.
- MALEBRANCHE, N. *Oeuvres complètes de Malebranche*. Paris. Librairie Philosophique J. Vrin. 1999
- NADLER, S. *Malebranche and Ideas*. Nova York. Oxford University Press. 1992
- _____. *Arnauld and the Cartesian philosophy of ideas*. Princeton. Princeton University Press. 1989
- PYLE, A. *Malebranche*. Londres. Routledge. 2003
- SCHMALTZ, T, Malebranche on ideas and the vision in God. In. Nadler, S. (ed.) *Cambridge companion to Malebranche*. Cambridge. Cambridge University Press. 2000. p. 59-87.
- YOLTON, J. *Perceptual Acquaintance. From Descartes to Reid*. Minneapolis University of Minnesota Press. 1984

³³ Malebranche tinha perfeita consciência da limitação da sua argumentação nesta passagem como diz a Arnauld na sua Réponse. Cf. OCM VI; 96.